



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 09/03/2021

Aos nove dias de março do ano de dois mil e vinte e um, em convocação para a realização da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e quarenta minutos às dezoito horas, na Sala virtual da Plataforma Zoom da ADOULAS-RJ, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheira suplente Maria Carolina Lobão Del Castilho (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheira Monica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde AP 5.2) e conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Clara Câmara Soveral Carneiro (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Raquel de Moraes Barbosa Caprio (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD). **Pauta do Dia:** ► Deliberação da Ata: **12/01/2021**. 1. Situação de vacinação dos profissionais de saúde – **40 minutos**. 2. Dia Internacional da Mulher – **30 minutos**. 3. Ponto fixo sobre a Covid-19 – **60 minutos**. 4. Apresentação do trabalho individual de cada Comissão Temática – **30 minutos**. 5. Informes da Secretaria Executiva – **10 minutos**. 6. Informes da Gestão da SMS – **10 minutos**. 7. Informes do Colegiado – **5 minutos** por conselheiro. A reunião teve início após a convocação, às 14 horas e 40 minutos, com quorum previsto no Regimento do Conselho. Coordenação: Presidente do Conselho **Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva**: Conselheiros usuários: Júlia Daniela de Castro, Morgana Eneile Tavares de Almeida, Neide Maria Neres Tinoco e Osvaldo Sérgio Mendes. Conselheiras Profissionais de Saúde: Lucimar Oliveira do Nascimento e Valeska Holst

Antunes. Conselheira Gestora: Larissa Cristina Terrezo Machado. Moderadora: Secretaria Executiva: **Carmem Teresinha Gomes Sasaki** que iniciou a leitura da pauta conforme o teor mencionado acima e a colocou em votação; em seguida anunciou que fora aprovada pela maioria simples. Dando continuidade passou a deliberar a aprovação ou não da ata de **doze de janeiro de dois mil e vinte e um**, colocando-a em votação. Antes, esclareceu que essa ata havia sido enviada aos conselheiros, via e-mail e está postada na página do Conselho Municipal de Saúde como “em construção”. Após verificar o quórum, anunciou a aprovação dessa ata, também, pela maioria simples. Dando continuidade deu início ao **item um da pauta**: Situação de vacinação dos profissionais de saúde. Passou a palavra a servidora e coordenadora **Nadja Greffe**, da Coordenação de Imunização da Superintendência de Vigilância em Saúde, com a palavra, pediu a ajuda do Caio Ribeiro (do CIEVS) para que ficasse como co-host com a incumbência de passar a apresentação do tema na tela, já que ela estava no celular. Desse modo, depois de cumprimentar a todos, deu início a sua apresentação dizendo que trazia um panorama da demanda que fora solicitada com relação à vacinação dos trabalhadores e profissionais de saúde nessa campanha Covid e que o grande objetivo (da campanha) é conseguir a redução das complicações e internações, principalmente dos casos que evoluem para o óbito naqueles grupos de maior risco de adoecimento e agravamento. Acrescentou que têm esse perfil mapeado; que, desde o início da pandemia, sabiam qual era o perfil das pessoas acometidas da doença que têm a chance de agravamento e a vacinação tem esse foco de tentar reverter, modificar o perfil de adoecimento, mas principalmente, de óbito na cidade. Posteriormente à apresentação se colocou à disposição para esclarecimentos. Por conseguinte a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde Carmem Teresinha Gomes Sasaki**, atendendo à solicitação da **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, abriu inscrições no Chat, a cinco conselheiros, para esclarecimento de dúvidas sobre o tema colocado. Então a primeira a falar foi a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** que agradeceu a **coordenadora Nadja Greffe** pela apresentação e, em seguida, disse não saber o que as suas demais colegas que representam os trabalhadores estão pensando sobre o que foi dito na apresentação, mas acha que, talvez, o objetivo não foi alcançado. Falou que o que haviam discutido na reunião da Comissão Executiva foi que queriam um planejamento tal qual existe para as pessoas com 65 anos ou mais, onde existe um calendário, uma proposta e, inclusive, mostraram toda a questão do agravamento. Disse, ainda, que conforme está no PNI (Programa Nacional de Imunizações), a vacinação do grupo dois vai se iniciar, na visão dela, já que estão tratando de idosos abaixo de 75 anos, antes de encerrar a do grupo um e que, segundo a grade que foi apresentada na reunião, o grupo um envolve idosos acima de 65 anos. Acrescentou que não estava fazendo juízo de valor de que isso não devia ser feito, mas o fato era que a vacinação do grupo dois vai se iniciar antes de encerrar a do grupo um. Como os demais profissionais de saúde estão, ainda, aguardando um plano de quando serão vacinados, a Comissão Executiva, em reunião, pediu que a Gestão apresentasse um calendário de vacinação para os demais trabalhadores da Saúde que não estão, necessariamente, ou vacinando ou na linha de frente, mas que convivem com a circulação do vírus nas demais Unidades de Saúde e convivem com as pessoas do grupo de risco. Reafirmou que a pergunta que a Comissão Executiva fez a Gestão é: quando a vacinação vai acontecer? Disse que as conselheiras **Lucimar Oliveira do Nascimento** e **Valeska Holst Antunes** vão complementar as motivações do questionamento: Qual é o calendário de imunização dos demais trabalhadores da Saúde? Acrescentou que entende que essa é uma questão objetiva e que eles vão ter que responder. Contou que fazem parte do grupo um; que é doula; e as doulas com mais de sessenta anos de idade já foram vacinadas; que trabalham com pessoas pertencentes ao grupo de risco, porque gestantes e puérperas fazem parte desse grupo. Acrescentou, ainda, que entende a realidade, as escolhas que a Gestão faz; que é capaz de compreender as estratégias que são organizadas para o município do Rio de Janeiro; e não está julgando essas estratégias. Contudo, para os demais trabalhadores que não estão inseridos dentro da rede hospitalar formalmente, mas, também, lidam com pessoas que estão circulando nesse processo, é ruim não ter uma previsão de quando serão vacinados. Concluiu a fala solicitando que a Secretaria seja capaz de dizer qual é o calendário de imunização dos cinquenta por cento dos demais profissionais de saúde; finalizou dizendo querer prazo e data. A próxima a falar foi a **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** que, após cumprimentar os presentes, disse que parte do que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida havia colocado já a contemplava, porque ia perguntar, também, qual é a

programação para vacinar esses trabalhadores restantes, posto que a apresentação feita pela Dra. Nadja Greffe não trouxe essa informação. Disse que a apresentação trouxe dados dos que foram vacinados. Falou que estavam acompanhando todo esse processo e sabiam que os profissionais de saúde que trabalham nas Emergências, os que estão na linha de frente, os que estão vacinando as pessoas na Atenção Primária, os que trabalham nos CTI(s) foram chamados para serem vacinados, pois tinham recebido a documentação de modo oficial e por escrito. Mostrou que restava uma dúvida quando perguntou como ficavam os demais trabalhadores que não foram vacinados. Argumentou que o PNI (Programa Nacional de Imunizações) diz que o trabalhador é grupo prioritário; que entrou a primeira fase de vacinação e nem todos os trabalhadores receberam a vacina; que entra a segunda fase e continua a mesma situação. Contou que os Hospitais Municipais Miguel Couto e Lourenço Jorge entraram na vacinação. Perguntou: E as Maternidades entraram? Disse que fazia essa pergunta por que tem colegas que trabalham em maternidades e, às vezes, recebem gestantes contaminadas com o corona vírus e que esse fato já tinha sido discutido ali, em outra reunião. Referiu-se, também, aos trabalhadores da Saúde Mental que, do mesmo modo, se contaminam; que muitas vezes os pacientes chegam ao CAPS sem ter nada que venha a distinguir se está contaminado ou não. Contou que tem uma colega que trabalha em um CAPS e que ela teve Covid e não sabe onde se contaminou, se no CAPS onde trabalha, se indo ao mercado; que não dá para garantir nada, mas o fato é que o trabalhador, independente, de onde ele esteja, ele está exposto ao vírus, seja quando está em condução, seja lidando com o público ou lidando com outro colega. Diante disso, disse que a apresentação ficou a dever, sim. Perguntou qual é a programação da Secretaria de Saúde e quando irão contemplar esses trabalhadores que ainda não foram vacinados.? Falou, também, que estavam vendo que a Prefeitura já vai chamar o pessoal do grupo do risco, os que foram vacinados; que, lendo com atenção, viu que os que ainda não foram vacinados terão que apresentar um laudo médico mostrando a sua comorbidade, onde o médico ateste, realmente, que esse trabalhador tem uma necessidade de se manter afastado. Informou que o trabalhador do grupo de risco que está em casa, tem um corte em seu salário de mais de cinquenta por cento do valor dele. Ou seja, esse trabalhador está tendo que escolher entre ter que voltar ao trabalho ou passar fome em casa. Perante essa situação, o trabalhador está até querendo voltar ao trabalho, porque ele não aguenta mais não ter o dinheiro do aluguel, não aguenta mais a condição que está vivendo e, para piorar, ele não consegue se vacinar, inclusive, para ter que voltar a trabalhar. Referiu-se, também, as variantes da corona vírus e perguntou se com as doses das vacinas Coronavac e a da Oxford, os trabalhadores estarão protegidos, inclusive, dessas novas variantes do vírus. Ressaltou, mais uma vez, que há trabalhadores que não receberam nem a primeira dose da vacina; que questiona sobre esses profissionais que trabalham nas maternidades, na Saúde Mental, além de outros profissionais que trabalham dentro das Unidades de Saúde que, também, não receberam a vacina, como o pessoal da limpeza, da copa e o pessoal de apoio. Entende que não pode se limitar somente ao pessoal que ali representava, pois falava pelos seus auxiliares e técnicos de enfermagem, como Sindicato deles, mas sabia que existiam outros trabalhadores trabalhando no mesmo contexto. Perguntou quando todos esses trabalhadores serão contemplados com a vacinação. Disse que entende que a população é de três milhões de pessoas; que receberam seiscentas mil doses de vacina e que estão tentando utilizar todas as doses. Porém, quer saber qual é a programação que se tem para esses trabalhadores; o que a Secretaria de Saúde tem realmente de efetivo para esses profissionais que estão no ir e vir do seu trabalho, bem como para aqueles do grupo de risco que estão em casa afastados para se proteger e passando fome e querendo, até voltar ao trabalho, como alguns já o fizeram, antes do início dessa Gestão, e morreram. Ainda, o que está se prevendo com essa nova cepa do vírus, com essas novas variantes, se ainda nem todos foram vacinados para aquilo que estava programado. Concluiu a fala dizendo que são muitas as respostas que a Secretaria de Saúde precisa trazer para o colegiado; que ficavam, ali, as dúvidas dela quanto às maternidades, à programação, à cobertura ou não da vacina nas variantes que estão surgindo, pois que nem a primeira dose para se “imunizar” (entre aspas) (porque nenhuma vacina garante cem por cento de eficácia) foi dada. Concluiu que diante disso tudo restava ver o trabalhador em risco constante. Dando continuidade, a próxima inscrita é a **conselheira Valeska Holst Antunes** que, após cumprimentar os presentes, disse que estava parcialmente contemplada pelas colocações feitas pelas conselheiras Morgana Eneile Tavares de Almeida e Lucimar Oliveira do Nascimento. Falou que já sabiam da dificuldade existente da escassez do insumo, fato

comentado, também, na reunião que tiveram na Comissão Executiva. Lembrou que a Secretaria de Saúde tem uma capacidade altíssima de estrutura física e de pessoal para fazer uma vacinação robusta, mas, infelizmente, passavam por um momento de escassez do recurso que é a própria vacina. Disse que achava interessante que tivessem locais onde pudessem consultar a programação que o Ministério da Saúde tem oferecido e, dirigindo-se a Dra. Nadja e equipe, falou que não sabia se eles teriam como trazer essa informação. Sabiam que, a cada dia, as coisas mudam que prometem “x” doses e vêm menos doses y. Esclareceu que, de fato, precisam dizer que essa vacinação dos trabalhadores teve um primeiro momento bastante confuso; que se iniciou num dia que era feriado, feriado de São Sebastião; que, a priori, foi colocado que nesse dia iam ser vacinados os trabalhadores do próprio local de Saúde e que, a partir do dia seguinte, todos os trabalhadores de Saúde munidos da sua carteira de trabalho ou de outra comprovação poderiam se vacinar. Logo depois, dá-se conta de que não tinham doses suficientes para isso e tudo mudou. Naquele momento, todas as vacinas foram recolhidas dos Postos de Vacinação e, inclusive, trabalhadores de linha de frente receberam, a priori, uma resposta de que teriam que aguardar um segundo momento para se vacinar, já que não tinham ido naquele dia lá fazer a sua vacina. Falou que acha que depois disso, pelo menos na Atenção Primária, os trabalhadores de linha de frente acabaram sendo contemplados com a vacinação, mas acha que existe, ainda, certa confusão com relação à definição de linha de frente. Disse que a conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento já havia colocado essa questão quando se referiu às Maternidades e a Saúde Mental. Acrescentou que focaria, também, a questão da Pediatria, que, de igual modo, atende de portas abertas e, inclusive, agora existe a possibilidade de terem crianças infectadas por conta do retorno às aulas, pois mais crianças estão se expondo ao convívio. Explicou que, possivelmente, essas crianças irão ao pediatra por outros motivos; porém, podem estar portadoras do vírus quando do atendimento para os serviços pediátricos. À vista disso, disse que percebe que, na verdade, essa definição não foi muito clara nos serviços; que tem Maternidade que vacinou, tem Maternidade que não vacinou; que tem Emergência Pediátrica que vacinou, tem Emergência Pediátrica que não vacinou; que a mesma coisa se deu no serviço de Saúde Mental. Falou, também, que acompanha bastante o serviço de Saúde Mental; que sabe de diversos casos em que pacientes que fazem parte ou de acolhimento ou de convívio diário atestaram positivo para o vírus ao longo desse período e que, portanto, trata-se de um serviço de portas abertas, de convívio diário, muitas vezes, de pacientes graves que têm dificuldade, inclusive, no auto manejo dos equipamentos de proteção e que não estão contemplados com a vacinação. Acrescentou que tiveram denúncias do mau uso, da malversação, na questão da priorização no setor privado e, por isso, queria saber como tem sido o trabalho da Vigilância no sentido da regulamentação e fiscalização da distribuição das doses da vacina aos trabalhadores no setor privado. Explicou que não querem passar na frente de ninguém; que sabem que os idosos têm que ser vacinados; porém, conforme a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida já havia colocado a partir do dia treze de março se encerra a vacinação para os maiores de setenta e cinco anos de idade e começa para a população acima dos sessenta anos de idade e, se continua essa projeção de calendário de um ano a cada dia, se tiver doses suficientes para isso, entendem que na segunda semana de abril todos os idosos acima de sessenta anos já poderão estar vacinados. Diante desses dados, dirigindo a palavra às pessoas da Gestão perguntou sobre os trabalhadores que, até aquela data, não tinham sido vacinados, sejam eles trabalhadores de Saúde ou na Saúde como a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida bem havia apontado quando incluiu esses trabalhadores do apoio. Disse, ainda, que dava bastante destaque ao pessoal da limpeza que ficam super expostos e ficam com a sensação de que foram esquecidos, embora saiba que não é essa a intenção da Gestão, mas essa é a queixa que ouvem desses trabalhadores. Concluiu a fala dizendo que acha que a Gestão precisa dar uma sinalização diferente para esses trabalhadores. O próximo inscrito é o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** que depois de cumprimentar disse que gostaria de ter uma orientação da Dra. Nadja Greffe ou do Dr. Caio Ribeiro ou de quem mais puder dá-la para poder passá-la adiante. Falou que é do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1 e que tem recebido algumas ligações de trabalhadores de Clínicas particulares que alegam que trabalham nas Emergências e não receberam a vacina e são informados que todas as Unidades de Saúde particulares já receberam a quantidade de vacinas enviadas pela Saúde. A seguir, foi a vez da **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** que, com a palavra, disse que, na verdade, a preferência nacional, urgente e necessária é a vacinação para todos. Para isso,

pediu que tenham um posicionamento do Conselho Municipal de Saúde às outras instâncias, ao Gabinete do Secretário Municipal de Saúde, ao Conselho Estadual de Saúde, ao Conselho Nacional de Saúde, à Câmara Municipal ou a qualquer outra instância que se vá. Contou que, no dia anterior ao da reunião, viu no noticiário da televisão o Ministro da Saúde dizer que a vacina ia chegar, depois ouviu dizer que não ia; que ficavam sem saber o que vão receber e o que não vão receber. Disse que, diante dessas notícias, estão entendendo que não há vacina para todos e por isso precisam de mobilização nacional. Informou que o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 enviou um ofício ao Secretário Municipal de Saúde, ao Coordenador de Área da AP 5.2 pedindo a extensão da vacinação, de modo a abranger todos os trabalhadores da Saúde e na Saúde, inclusive os da limpeza, os dos CAPS, da Odontologia, da Saúde Bucal, de todas as classes trabalhadoras, desde aquele que abre a porta até aquele que fecha a porta. Acrescentou que é necessário que todos os trabalhadores estejam imunizados porque são eles os que fazem os serviços de Saúde acontecer para os contribuintes usuários pagantes; que entendem o problema que está acontecendo, mas entendem, também, que precisam se mobilizar para vencer e superar essas dificuldades que vêm enfrentando desde que começou a pandemia; que estão todos afinados com os discursos feitos ali e atentos aos detalhes. Falou que as explicações são dadas, mas que para eles (os conselheiros) não justifica, que não tem que justificar e nem têm que se resignar a essas notícias dadas da parte de cima para eles que estão em baixo. Aclarou que, na verdade, se forem analisar bem, não estão na parte de baixo, estão, sim, na parte de cima, porque são contribuintes, são os que pagam as contas e, portanto, acha que a ordem, a posição mencionada está invertida. Concluiu a fala indicando que têm que se mobilizar; que a Secretaria Municipal de Saúde pode e deve dar os esclarecimentos que estão precisando e com as propostas apresentadas fazer o melhor dentro do Município do Rio de Janeiro e, não podendo, devem seguir para as outras instâncias para terem as suas reivindicações atendidas e o calendário colocado em prática o mais breve possível, pois é o que necessitam com urgência. A seguir, a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde Carmem Terezinha Gomes Sasaki** solicitou a **Coordenadora Nadja Greffe** que desse início às respostas. Então, com a palavra, disse que acha muito legítimo e muito pertinente essa demanda de um calendário, que todos precisam ter a clareza de que a Área Técnica pretende a confecção desse calendário o quanto antes; que é o querer deles; que a prioridade deles é o atendimento aos cinquenta por cento dos trabalhadores que ainda não iniciaram o esquema de vacinação. Falou que é muito difícil, num momento em que se tem pouca visibilidade do cronograma do Ministério da Saúde no envio de doses, conseguirem desenhar um calendário que possa ser cumprido, porque uma vez que se faz um planejamento, a expectativa é de cumprimento. Explicou que a dinâmica que usam, tem sido muito confeccionada na previsão do número de doses que recebem; recebem, praticamente, por semana, um volume de somente cinquenta mil doses. Disse que têm cento e cinquenta mil trabalhadores aguardando a vacinação e mais de trezentos e cinquenta mil idosos para vacinar. Diante de todas essas prioridades, disse que o destino dessas cinquenta mil doses é uma tomada de decisão estratégica complexa e tensa, mas que se coloca muito solidária às expectativas de cada trabalhador. Contou que é trabalhadora de Saúde, também; que sabe da importância da cobertura dos trabalhadores de Saúde e levará ao gestor municipal esse pleito de um calendário minimamente planejado, pensado para que possam ter a possibilidade de vislumbrar datas e períodos. Informou aos conselheiros que não tinha resposta para dar a eles, pois a resolução do assunto depende de decisões em vários níveis, mas entende que é muito legítimo que esse calendário seja apresentado de uma forma transparente, clara, até mesmo, para salvaguardar o cumprimento da **fase um**. Disse que a pretensão dela e de seus colegas é abrir esse calendário o quanto antes. Esclareceu que, muitas vezes, a **fase dois** pode entrar e, paralelamente, receberem uma carga potente de vacinas e, assim, conseguirem abrir imediatamente esse calendário dos trabalhadores de Saúde e que pretendem que se faça de uma forma imediata, embora tudo, neste momento, dependa da possibilidade de aporte do nível federal. Comunicou aos presentes à reunião que essas cinquenta mil doses de vacinas disponibilizadas por semana tem dado para vacinar os idosos com a D1 e D2; que agora têm uma nova demanda de segundas doses voltando, por isso, vê-se um cenário, realmente, crítico pela questão mencionada pela **conselheira Valeska Holst Antunes** da escassez do insumo, o insumo primário, que é o objeto da vacinação, ter a vacina disponível. Falou, também, que queria agradecer a pessoa que disse que a Saúde tem uma potência muito maior de atendimento; que, realmente, tem; que a capacidade que a Saúde tem de vacinar é muito grande, vide a experiência da vacinação contra a influenza em

campanhas anteriores da gripe, em que são recebidas quinhentas mil doses por semana. Mais uma vez, ratificou o compromisso dela, enquanto Área Técnica, de discutir com o gestor municipal sobre esse calendário dos trabalhadores. Com relação às Maternidades, disse que elas entraram na vacinação; que não tinha apresentado no slide que foi disponibilizado para os conselheiros por uma questão de não conter tantas informações, mas que as Maternidades foram incluídas na vacinação de linha de frente. Citou como exemplo a Mariska Ribeiro, Fernando Magalhães, Maria Amélia, Carmela Dutra, Alexander Fleming, Herculano Pinheiro, Leila Diniz. Informou que chegaram a um volume de dois mil quinhentos e vinte e seis profissionais de linha de frente vacinados nas maternidades. Com relação aos CAPS, informou, também, que computaram um número de duzentos e cinquenta trabalhadores vacinados em vários Caps como Maria do Socorro, Fernando Diniz, Dircinha e Linda Batista, Rubens Correia, Artur Bispo do Rosário, Manoel de Abreu, Mussum, Franco Baságua. Esclareceu que, na apresentação feita, não tinha explanado todo o trabalho que foi feito nas frentes de vacinação para a covid 19, mas que é, perfeitamente, possível encaminhar todos esses dados para os conselheiros a fim de que tenham conhecimento dos pontos de vacinação e de quantos foram os colaboradores atendidos. Com relação à cobertura imunogenicidade, ou seja, proteção das vacinas, tanto da Coronavac quanto da Astrazênica que estão em uso para as novas variantes, disse que as primeiras evidências demonstram que a proteção é garantida, mas que é como bem disse a colega, sabem ainda pouco sobre isso; que é preciso mais estudos, mais acompanhamentos para que possam afirmar, cientificamente, de que há, realmente, uma segurança plena, embora parecendo que os primeiros estudos realizados no norte do país já demonstram proteção. Acrescentou que precisam desdobrar esse mesmo nível de acompanhamento aqui no Estado e na cidade do Rio de Janeiro a fim de terem evidências mais robustas para poderem afirmar com segurança essa proteção plena para as novas variantes. Esclareceu que, historicamente, existe uma evidência forte com relação à vacina da gripe de que ela protege contra as variações. Com isso, entendem que o sistema imunológico de proteção do corpo pode ser potencialmente responsivo às vacinas, inclusive, para as variantes, mas voltou a dizer que precisam de mais dados da ciência, dados científicos, de estudo controlados para poderem afirmar isso com segurança. Também destacou a importância da colocação da **conselheira Valeska Holst Antunes** quanto à possibilidade de um calendário para consulta sobre a programação de envio das vacinas do Ministério da Saúde. Disse que esse calendário é também um pleito deles, enquanto Área Técnica; que já oficializaram a Secretaria de Estado e ao Programa Nacional de Imunizações esse pleito para que possam ter essas informações de forma clara, visível e, principalmente, antecipada. Informou que a comunicação da chegada das doses de vacina tem sido feita, praticamente, vinte e quatro horas a quarenta e oito horas antes da liberação delas, o que permite pouca flexibilização para grandes planejamentos. Falou, ainda, que entende que é muito legítima essa solicitação e que, havendo um cronograma do Ministério da Saúde demonstrando a proposta dele de entrega de vacina aos municípios, a Área Técnica poderá disponibilizar essa informação para domínio público sem nenhum problema. Prosseguindo, disse que a conselheira também, havia colocado a questão da vacinação que foi feita no dia vinte de janeiro, um feriado suspenso para todas as Unidades de Saúde da rede municipal, onde tinham alguns objetivos. Explicou que dia vinte de janeiro, iniciaram a vacinação dos idosos em ILPI(s) Instituições de Longa Permanência. Essa vacinação abrangeu tanto os idosos quanto os trabalhadores dessas Instituições, portanto cem por cento desse grupo foram atendidos nesse dia, in loco, não havendo a mobilização de nenhum idoso, as equipes da Atenção Primária é que se deslocaram até os abrigos, os asilos e procederam à vacinação dos idosos e trabalhadores de saúde. Ainda, que fizeram uma comunicação e uma convocação para que todos os profissionais de saúde envolvidos diretamente na campanha de vacinação, nas ações de vacinação na Atenção Primária comparecessem nesse dia, mesmo que não fosse o seu dia trabalho para abrir a primeira dose. A maior parte, cerca de vinte e seis mil pessoas, foi vacinada nesse primeiro dia e para alguns poucos profissionais de saúde da Atenção Primária que não conseguiram, por alguma razão, estar presente nesse dia vinte, foi feita uma repescagem posterior para que pudessem ser vacinados e, como o número desses profissionais foi muito menor, acabou por não influenciar tanto na carga de vacinados. Com relação aos profissionais de linha de frente, disse que eles não foram atendidos somente no dia vinte de janeiro; que dia vinte de janeiro foi a data emblemática, simbólica de início da vacinação dos profissionais de linha de frente; que continuaram a oferecer a vacina nos dias vinte e um, vinte e dois e assim foram as semanas

seguintes de atendimento aos hospitais públicos e privados. Explicou que, a estratégia escolhida para isso, foi a pactuação do volume de vacinas necessário aos profissionais de saúde da linha de frente; que a Direção do Hospital poderia oficializar o número de colaboradores que tinha em setores de CTI, Urgências, Emergências, enfermarias destinadas a Covid, inclusive as pediátricas. Acrescentou que fizeram uma intervenção de vacinação na enfermaria de Covid pediátrica do Hospital Municipal Souza Aguiar, o que prova que elas foram incluídas e previstas pela Direção; tiveram, também, como fonte de consulta o número de colaboradores cadastrados no CNES. Fizeram o levantamento do número de trabalhadores cadastrados em cada hospital no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para que, a partir dessa base, a partir do levantamento da própria Direção do Hospital, pudessem realizar o aporte proporcional que havia sido dado a Secretaria. Contou que a primeira leva de vacinas que receberam gerou uma possibilidade de alcançar trinta por cento do total de trabalhadores; que eram trezentos e onze mil trabalhadores a serem vacinados e receberam cento e dez mil doses da vacina, que colocaram à disposição dessa linha de frente e esse foi o primeiro momento de vacinação. Destacou que é muito importante deixar claro que, apesar desse controle de pedir a Direção uma oficialização, fazer o levantamento junto ao CNES para ver o número de colaboradores e mais realizar o controle do número de vacinados pela lista nominal que é uma forma de auditar quem é e que categoria está sendo vacinada. É importante dizer que a Direção tem uma responsabilidade na comunicação e na convocação desse seu profissional colaborador de assistência a Covid, por isso tinham pedido muito que esse plano de comunicação fosse feito pelas próprias Direções, entendendo que são elas as conhecedoras do perfil de assistência dos seus estabelecimentos. Com relação à fiscalização na rede privada, disse que ela acontece da mesma forma que na rede pública, por oficialização da Direção, por levantamento do número de colaboradores no CNES, por controle do número de doses consumidas no saldo diário que essas Unidades têm e pelo registro nominal dos vacinados, formando, assim, as várias frentes que a Área Técnica busca para tentar garantir o cumprimento da vacinação dos profissionais da Saúde e não de outros que não tenham indicação. Em resposta a pergunta do **conselheiro Ludugério Antônio da Silva**, disse que, como haviam recebido na primeira leva cerca de trinta por cento do total de vacinas para atender todos os trabalhadores, estabeleceram, inicialmente, trinta por cento de aporte de vacinas em cima do número de colaboradores que o hospital ou a UPA ou o CER ou o CAPS ou a Maternidade ou a Clínica da Família ou o Centro Municipal de Saúde possuíam para iniciar essa vacinação e, na rede particular, iniciaram com uma proporção um pouco menor. Começaram com vinte por cento, cobrando registro de dose, solicitando a lista de vacinados, monitorando a devolução dos frascos para perceber se o processo de vacinação aconteceu de forma adequada e legítima e, à medida que o hospital ia apresentando essas conferências, iam disponibilizando para eles a cada vez mais cinco por cento. Falou que a média de atendimento da rede de estabelecimentos de Saúde tem uma proporção de trinta a cinquenta por cento; que nenhum hospital particular recebeu cem por cento de vacinas necessárias para vacinar o seu grupo; que têm esse controle e que, inclusive, para alguns hospitais da rede pública que têm um perfil de volume grande de assistência à Covid, o Secretário municipal de Saúde já vem autorizando maiores repasses a esses hospitais, entendendo que é um grupo que está com perfil de pacientes de Covid diferenciado. Disse que dessa forma, têm tentado manejar e gerenciar o volume parco de vacinas que têm recebido semanalmente; que a expectativa da Saúde é a mesma da dos conselheiros: de um recebimento potente de vacinas para que a possam publicizar um calendário e estabelecer um atendimento imediato aos trabalhadores que ainda não foram contemplados; que essa é a expectativa da Área Técnica e ratificou o compromisso de levar esse problema ao gestor para que possam arranjar uma forma de atender aquele Colegiado. Prosseguindo, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que queria fazer uma proposta de encaminhamento. Propôs que o Conselho Municipal de Saúde aprove o encaminhamento de uma solicitação à Área de Vigilância para que, em dez dias, apresente aos conselheiros uma proposta formal de calendário de imunização. Disse, ainda, que acha que 10 dias é um prazo razoável para que eles apresentem o referido calendário, seja ele por agendamento, seja porque vão fazer um esquema de idade com os outros trabalhadores, enfim que apresentem uma proposta formal de como será o calendário de imunização, sabendo que esse processo depende da chegada de doses, e que pode chegar e parar, que seja uma proporção em relação à semana, porque se chegam cinquenta mil doses, cinco mil podem ser destinadas aos trabalhadores da Saúde, sendo isso, somente, uma questão de escolha que o gestor pode fazer. A seguir a **Presidente**

do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes disse que farão um documento destinado aos técnicos da Secretaria de Saúde para que enviem a eles (os conselheiros) uma resposta em dez dias ou subsequente, dirigindo-se a Secretária Executiva Carmem Teresinha Gomes Sasaki, pediu a ela que providenciasse a elaboração desse documento para a Gestão e para os técnicos. Em seguida, a **conselheira Valeska Holst Antunes** manifestou o desejo de, também, dar uma sugestão para um encaminhamento. Disse que está, absolutamente, de acordo com o encaminhamento da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, mas acha importante a questão da visibilidade da previsão de doses pelo Ministério da Saúde. Argumentou que no entender dela, talvez, fosse interessante que solicitassem, afiliassem, enfim, se mobilizassem junto ao Conselho Nacional de Saúde no sentido de solicitar ao Ministério da Saúde a visibilidade do planejamento de descentralização das doses para os Estados e Municípios. Então, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, com a palavra, disse que são dois documentos: um para a Secretaria Municipal de Saúde e outro para o Conselho Nacional de Saúde, com cópia para o Ministério da Saúde. Contou que naquele dia (o da reunião) tinha estado em outra reunião com o Artur Custódio que representa o MORHAN (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase) e que ele, também, fizera essa mesma proposta e comunicou que no Conselho Nacional de Saúde já existem nove deliberações sobre o assunto, solicitando esse encaminhamento. A seguir, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** pediu a palavra para dizer que havia solicitado uma orientação e não a recebeu. Contou que o Conselho Distrital de Saúde recebe ligações de pessoas que pedem orientação com relação à providência que, funcionários que trabalham nas Emergências da rede particular e não receberam a vacina, podem tomar. A **Sra. Nadja Greffe**, respondendo ao conselheiro, disse que entende que se o trabalhador trabalha na Emergência, ele é considerado linha de frente; então, ele precisa se reportar à Direção de Saúde do estabelecimento onde trabalha e essa Direção oficializará à Secretaria Municipal de Saúde com um documento no qual constará o número de trabalhadores que trabalham na linha de frente e não foram contemplados com a vacinação para que a ela (a Secretaria de Saúde) possa atender dentro da disponibilidade da vacina. Falou que essa situação é perfeitamente factível; que, por exemplo, tiveram um grupo de profissionais de linha de frente de CTI que estava afastado e depois voltou e a Direção do hospital oficializou, identificou esse grupo, que estava sem a dose da vacina e a Secretaria de Saúde remeteu a doses que faltavam para complementação da linha de frente. Frisou que é só fazer a notificação junto a Vigilância local, a CAP oficializar que isso pode ser programado para atendimento. Após terem sido respondidas todas as perguntas, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu aos apresentadores Nadja Greffe e ao Caio Ribeiro a presença na reunião. Em seguida, a **Secretária Executiva Carmem Teresinha Gomes Sasaki** passou ao **item dois** da pauta: Dia Internacional da Mulher. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, com a palavra, fez uma breve elucidação do que será apresentado na reunião com relação ao tema. Falou que, além de fazer parte da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde, faz parte da Comissão Temática de Saúde e Justiça Reprodutiva e que propôs para a Comissão Executiva que esse tema se tornasse ponto de pauta com uma breve apresentação da Área Técnica da Saúde da Mulher, representado na reunião pela Dra. Livia que vai fazer a primeira fala e, na sequência, um pouco de trabalho realizado no Comitê de Mortalidade Materna que vai apresentar brevemente o seu relatório. Informou que o Conselho Municipal de Saúde está representado nesse Comitê por ela (Conselheira Morgana) e pela **conselheira Neide Maria Neres Tinoco**. Acrescentou que será uma breve apresentação e se dará muito mais em torno de uma homenagem nesse tema de trazer para a pauta do Conselho um momento dessa política e que, depois, têm uma proposição a fazer em nome da Comissão Temática de Saúde e Justiça Reprodutiva. Seguindo, a **Enfermeira Livia**, com a palavra, se apresentou dizendo que é enfermeira de formação e atualmente está como gerente da Área Técnica da Saúde da Mulher no Município do Rio de Janeiro, lotada na S/SUBPAV, na Subsecretaria de Atenção Primária e, assim, deu início a uma breve apresentação. Ao final, foi sucedida pela apresentação do **Dr. Carlos Alvarenga** da Superintendência de Vigilância Sanitária, que naquele momento, representava a Comissão Provisória do Comitê Municipal de Morte Materna do Município do Rio de Janeiro, com a apresentação do material do Comitê de Mortalidade Materna referente ao ano de 2020. **Dr. Carlos Alvarenga** finalizou sua apresentação agradecendo e dizendo que os conselheiros vão receber o relatório detalhado e que a apresentação feita foi uma primeira amostra em função do Dia Internacional da Mulher. Depois

de o Dr. Carlos Alvarenga ter recebido, também, os agradecimentos da Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes e da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, essa, em complementação disse que, em virtude desse dia, teve um diálogo com a Superintendência de Hospitais Pediátricos e Maternidades e com a Área Técnica de Saúde da Mulher; que a Comissão de Saúde e Justiça Reprodutiva está encaminhando a proposta de um seminário e que a idéia é fazer um Seminário Conselho/Áreas Técnicas para que possam aprofundar esse tema que tem bastantes coisas que ainda faltam avaliar. Falou, também, de outro encaminhamento que gostaria de deixar nesse ponto: que possam publicar na página do Conselho Municipal de Saúde o Relatório do Comitê de Mortalidade Materna. Pediu que o Relatório que havia sido recepcionado na reunião seja, também, publicado na página do Conselho Municipal de Saúde, na parte onde ficam os documentos. Acrescentou que a idéia é que façam esse Seminário em abril para aprofundar a discussão em relação aos direitos sexuais e reprodutivos porque entendem que precisam compreender melhor como é este estado; que a questão da mortalidade materna está envolvida nos objetivos de mulher sustentável e precisam trazer e dar visibilidade para essa situação que envolve, inclusive, cuidados que poderiam evitar mortes de pessoas que morrem, muitas vezes, por uma negligência em relação aos seus direitos. A seguir, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu ao Dr. Carlos Alvarenga, a Enfermeira Lívia e a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida a participação pela apresentação feita e pediu a Secretária Executiva que pusesse em votação, pelo Colegiado, a aprovação para a realização do Seminário proposto pela conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida para abril. Então, **Secretária Executiva Carmem Teresinha Gomes Sasaki** falou que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida havia colocado no Chat: “Seminário Direitos Sexuais e Reprodutivos em debate”, abril, on line e presencial, a confirmar. Programa inicial: Manhã: Status geral das políticas e programas no âmbito da Saúde e justiça reprodutiva. Tarde: Perspectivas para os direitos sexuais e reprodutivos na cidade do Rio de Janeiro. Realização: GSM, SHPM, CMS/Comissão Saúde e Justiça Reprodutiva. Convidados: conselheiros, gestores e público interessado. Após, colocou em votação a aprovação da proposta para realização do Seminário e, ao final, declarou que foi aprovada pela maioria. Em seguida a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** combinou com a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida que na próxima reunião da Comissão Executiva escolheriam a data adequada para a realização desse Seminário. Em seguida a **Secretária Executiva Carmem Teresinha Gomes Sasaki** passou ao **ponto fixo três** sobre o Covid. Nesse momento, o **Coordenador do CIEVS RIO, Caio Ribeiro** deu início à apresentação do monitoramento dos casos de novas variantes do Covid-19 no município do Rio de Janeiro, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Dando continuidade a **Servidora da COE COVID-19 Rio, Dra. Valéria Saraceni** deu início a sua apresentação da Construção do Mapa de Risco para Covid-19, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto o primeiro ciclo de perguntas. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que esse é um tema muito complexo que deixa todos com muito temor, embora tenham conseguido ter alguns avanços ainda tem uma taxa de letalidade alta no município do Rio de Janeiro em relação ao restante do País, e mais ainda comparado com outros países. Em relação à questão das variantes, perguntou por curiosidade qual o percentual ou qual o método feito para selecionar quais amostras são testadas para a questão do genoma, para a identificação porque não são todas as amostras que são testadas. Em relação à questão do mapa de risco, disse entender que a questão do mapa de risco, que aparece nas dez áreas administrativas, tem a ver com mortalidade e incidência, porém acha que teria que ter um pouco mais de clareza de quais são todos os índices que são avaliados para medidas. Por exemplo, percebem que não teve um aumento de mortalidade ou incidência tão significativo, mas houve uma decisão de tomar medidas mais restritivas e acha que isso não está muito claro para os conselheiros de fato, de quais são os critérios que fazem essas mudanças e quais são as fases de cada uma dessas mudanças em termos de bandeira; enfim, o que se prevê em relação a isso. Sobre a construção das curvas, disse que foi um assunto polêmico na internet algum tempo atrás. E pediu, caso esteja errada no que vai falar que a Dra. Valéria Saraceni a corrija, pois houve uma certa mudança no método da construção das curvas, que antes era por data de notificação e o paciente era tratado pelo início dos sintomas. Inclusive na plataforma da prefeitura têm a disponibilidade de olharem as curvas de uma maneira e de outra, mas de fato na hora de analisar a curva fica um pouco diferente mesmo, pois não tem tanto essa queda no

final, como as curvas que foram apresentadas, que são essas para o início dos sintomas. Então é um gráfico um pouco mais sustentável em termos de números. Sobre outro assunto que a preocupa, disse que mesmo tendo a princípio, um aumento não tão significativo, tanto de números de casos como de mortalidade, mas tiveram um aumento bastante significativo de ocupação de leitos, que chegou a 93% nesses últimos dias. Então como se trata de uma pauta fixa, talvez, na próxima reunião seria importante ter uma visibilidade um pouco maior de como é que está essa Rede instalada. Porque a impressão que fica é que, no momento, se tiver, de fato, algum boom (uma grande alta), semelhantes os que aconteceram na cidade de Manaus, ficarão apertados, em termos de recursos, para atender casos graves, isso em termos de leitos e de ambulâncias para remoção. Semana passada, por exemplo, na Atenção Básica de Saúde o tempo médio de remoção para a vaga zero foi maior do que vinham sentidos, inclusive teve um dia, por exemplo, que os pacientes tiveram que esperar de quatro a cinco horas para chegarem às ambulâncias para levá-los, inclusive alguns pacientes esperaram mais tempo do que isso. Disse que fará uma pergunta provocativa, pois não vai ter uma resposta. Em relação a essa questão da nova variante, por tudo o que não sabem, por estarem vivendo um novo momento, inclusive de fazer outra possibilidade de entrega de insumos, que é diferente daquele momento em que vivenciaram uma necessidade enorme de consumo de EPI's, sem capacidade de entrega pelas indústrias, cada vez mais, em muitos países têm sido falado sobre o uso de EPI's melhores, por exemplo, a questão do uso da máscara N95/PPF2, inclusive para ser usada pela população em situações de maior exposição. Então perguntou se não era o momento de todos começarem a pensar em alguma mudança no protocolo de segurança nos serviços de saúde, no sentido de aumentar essa oferta da máscara, mais adequada e que faz filtração. Talvez não só para a saúde, mas inclusive para outros setores. Tem a questão, por exemplo, da educação, pois o prefeito disse que a educação vai ser o último serviço a fechar, e o primeiro a abrir. E tem o professorado sem previsão de vacina, e acha que seria interessante se pudesse oferecer o material de equipamento de proteção individual mais efetivo para esses trabalhadores. Prosseguindo e não havendo conselheiro inscrito naquele momento foi dada oportunidade a primeira convidada inscrita **da AP. 2.1 Arlete Ludovice** moradora da Comunidade do Chapéu Mangueira e Babilônia que relatou que teve Covid-19 e procurou sua Clínica da Família e não conseguiu pegar os remédios e nem fazer o teste contra o Covid-19; Foi aconselhada a ir ao Hospital Municipal Rocha Maia (HMRM) e também não conseguiu, porque o teste era feito até meio-dia, e ela chegou ao local às 13 horas de uma sexta feira. Então retornou na segunda feira a sua Clínica da Família para pegar os remédios da Covid-19, mas a farmácia não abriu porque a farmacêutica havia entrado de férias. No Hospital Municipal Rocha Maia não fez o teste porque a chefe' disse que teria que voltar para a sua Clínica da Família para fazer o exame. Diante disso, disse que as Clínicas da Família não tem nenhum tipo de preparo e nem um local adequado para atendimento a pacientes com Covid-19, que o primeiro atendimento é fundamental para que o quadro do Covid-19 não avance e a pessoa não chegue a ser internada. Por esse motivo, disse que gostaria que melhorasse o primeiro atendimento na ponta, pois está precário e têm falhas, principalmente por falta de comunicação. Conforme citou no seu próprio exemplo em não conseguir nenhum atendimento com sua família, mesmo sabendo que estava com Covid. Que melhorando o primeiro atendimento pode evitar internação e evolução do quadro, pois chegou a ser internada e não sabe que tipo de variante teve. Que este atendimento tem que ser contínuo, e não por determinada hora. Ratificou que as Clínicas não estão preparadas para atender pessoas com Covid-19. Perguntou ainda qual o tipo de tratamento, quais os meios de comunicação está sendo utilizado para orientar essas pessoas/população na prevenção do Covid-19 e o que vão fazer para melhorar essa comunicação e atendimento das pessoas com Covid-19 na Atenção Primária de Saúde (APS). Que está deficiente e não está tendo uma grande atenção. Ressaltou que ela e todos sabem do problema, mas estão se preocupando em evitar a circulação de pessoas, porém há grande concentração de pessoas dentro do mercado, dentro do transporte e dentro do banco. Então acha que todos devem ter uma visão mais macro, e não micro, do problema. E com isso, todos aprendem a ter uma dimensão maior do problema, pois se preocupam muito com uma área e acabam se esquecendo da outra. Relatou ainda que no dia Internacional da Mulher tinha participado da Reunião virtual ordinária do Cds da AP. 2.1, quando um grupo de pessoas, que também participavam e não quiseram se identificar, começaram a falar palavras de baixo calão (palavrões). Ressaltou que as mulheres virtualmente presentes, se sentiram desrespeitadas, No dia 08 de março. O próximo convidado inscrito **do Cds da AP. 2.1 Henrique Oliveira de Brito** morador do Morro

Cantagalo – Pavão/Pavãozinho perguntou ao Sr. Caio Ribeiro o porquê da maior ocorrência das variantes serem nos Bairros do Méier e de Ramos. Perguntou também para ambos, que fizeram as apresentações, se poderia existir subnotificações dessas variantes, até pelo processo de conhecimento e tudo. Em relação à apresentação feita pela Dra. Valéria Saraceni, falou que os gráficos referentes à AP. 2.1 apresentam maior incidência e mortalidade e pode perceber que esse assunto não tem sido colocado no CDS AP 2.1 e que seria importante ter esse ponto a ser tratado na reunião do CDs; Solicitou ainda se esses dados poderiam ser enviados ao Cds da AP. 2.1. Passando para o último inscrito o **conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que se inscreveu para comentar sobre a citação ao CDS da AP 2. da reunião que foi invadida por um grupo de hacker que causou estranheza no dia internacional da mulher citada antes pela convidada Arlete Ludovice, Prosseguindo, disse que era o organizador da reunião supracitada a pedido da presidente do CDs da AP. 2.1 Maria Edileusa Braga Freires. Que esta reunião foi divulgada em grupos fechados de WhatsApp. Por isso, questionou como esse grupo de hackers souberam da reunião e que, provavelmente, entre as pessoas que compõe esses grupos fechados, alguém convidou, inclusive a reunião não foi publicada em diário oficial e nem no Facebook. Informou que esse acontecimento o desagradou e a reunião foi implodida e muitas pessoas se retiraram devido a palavras de baixo calão e essa reunião não pode continuar. Inclusive achou que havia encerrado a reunião e não tinha encerrado. Afirmou que a reunião foi remarcada a pedido da presidente do CDs da AP. 2.1 Maria Edileusa Braga Freires, e será realizada na quinta-feira às 15 horas e será divulgada para todos que quiserem participar, para continuarem analisando a situação de três unidades de saúde, que estão vivenciando momentos graves na AP. 2.1. e espera que dessa vez, nenhum dos membros, que estão nas listas de WhatsApp, divulguem para fora a reunião, para que seja feito a discussão necessária. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** ratificou que o conselheiro estava se justificando e pedindo desculpas pelo ocorrido a conselheira Arlete e a todos os conselheiros, que não teve culpa e sim os hackers. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** concordou e disse que ficou muito arrasado com esse acontecimento, ainda mais que um convidado ligou para acusá-lo de que teria que ter controlado os hackers. Mas como é analista de sistemas, sabe que depois que esses hackers invadem o sistema não tem como controlar, inclusive, além de tudo, foi acusado de ter propiciado a invasão. Finalizando, disse que há três componentes na AP. 2.1 que vivem para agredir os outros. Foi aberto o primeiro ciclo de respostas. Respondendo a pergunta da conselheira Valeska Holst Antunes, sobre a questão do indicador, a **Dra. Valéria Saraceni** informou que a tentativa da construção do indicador composto foi no sentido de representar a região administrativa (RA) de residência do indivíduo enfermo. Então para os casos processados, os técnicos deixaram tudo anotado de forma certa, com endereço, bairro, inclusive podem fazer já o referenciamento, sem problemas. Então ficou mais fácil para os técnicos construir a taxa de incidência e a taxa de mortalidade por RA, para utilização no indicador. A questão do movimento da urgência e emergência, da maneira como é recolhido o dado, só dá a unidade de saúde de ocorrência. Então não poderia juntar a unidade de saúde de ocorrência com o RA de residência. O mesmo se dá para ocupação de leitos. A ocupação de leitos também é a partir da regulação, e a regulação independe da área de residência, pois quem mora no Bairro de Santa Cruz pode ser regulado para o Centro, ou mora no Bairro de Copacabana e pode ser regulado para a AP.3.3 isso no Hospital Municipal Ronaldo Gazolla. Então isso não ajudaria na construção do indicador, porém, os técnicos colocaram que tecnicamente o indicador seria construído por RA de residência, porém, tanto a taxa de ocupação de leitos, quanto o movimento de urgência e emergência, levantaria para os técnicos uma bandeira de que alguma coisa não está tão boa na cidade, por isso, vamos sentar e discutir. Então, por isso que o mapa de risco saiu amarelo, estando apenas laranja no Bairro de Copacabana, e o prefeito mudou tudo para laranja, devido ao fato de que estava tendo um aumento de atendimento nas urgências e emergências, e estavam com uma ocupação de leitos de CTI mais alta, ou seja, 93%, como foram mostrados nos últimos dias. Respondendo a última pergunta informou que a questão que se deu da confusão da data de início dos sintomas com a data de informação sobre o caso, foi no Painel Rio Covid-19 que está aberto e está na página da prefeitura e todos podem acessar todas as informações por bairro de residência, por RA de residência. Da mesma forma, o Boletim Epidemiológico, que apresentou, também está na página da prefeitura, disponível imediatamente após a coletiva do prefeito, a cada sexta-feira. Para download e pode ser compartilhado para todos. Sobre o problema do Painel Rio Covid-19, os técnicos entendem que a data do início dos sintomas é a data mais

importante, pois é a data que mostra quando acontece a doença. O Ministério da Saúde e o restante do mundo começaram usando a data de informação do caso. Por isso que a curva era por data da informação do caso. E quando os técnicos reformularam esse painel acharam, por bem, colocar a data de início dos sintomas. Isso não foi bem recebido, foi então que explicaram que a data dos sintomas tem o caráter de informação do caso para facilitar para as pessoas. Respondendo a pergunta da conselheira Valeska Holst Antunes, sobre quais seriam os critérios das amostras testadas nos laboratórios, o **Coordenador Caio Ribeiro** informou que se trata de uma seleção de critérios, sendo o primeiro, a amostra do PCR detectável, que é considerado um exame ouro, que utilizam para poder verificar se uma amostra é positiva ou negativa para o Vírus Sars Cov. O segundo critério é laboratorial, que é mais difícil de explicar, que é o CT, sigla em inglês, que determina que aquela amostra é compatível ou não para fazer o sequenciamento genômico. Então não é qualquer amostra que pode ser sequenciada, pois existe o critério laboratorial. Informou que a SMS criou critérios para poder captar a maior parte dos casos espalhados na cidade. Prosseguindo, disse que no município da Cidade do Rio de Janeiro tem algumas unidades de saúde chamadas de unidades de sentinela. E essas unidades de sentinela estão espalhadas por todo o território do município da Cidade do Rio de Janeiro, que são unidades conhecidas de todos, que atendem a população, que fazem tudo o que as outras fazem, e também são unidades de sentinela. Obedecendo o critério do Ministério da Saúde, essas unidades de sentinela coletam até cinco amostras por semana, que por sua vez são enviadas pela SMS ao Laboratório Estadual LACEN RJ que vai avaliar essas amostras, onde o PCR é detectado pelo CT abaixo de 30. Estando tudo certo, o Laboratório Estadual LACEN RJ enviará as amostras para a Fiocruz sequenciar. Então ao serem sequenciadas pela Fiocruz, em algumas amostras será encontrada a variante original, e não a variante de preocupação (mutável). Então algumas vão dar negativo para P1, mas uma minoria vai dar positivo para P1, conhecida como a variante de Manaus. Informou que selecionam os pacientes que vieram transferidos desses lugares (Cidade de Manaus e do Estado de Rondônia) onde tem P1 circulando. Então colhem amostras de sangue desses pacientes e enviam. Além de profissionais de saúde que lidaram diretamente com esses pacientes e tiveram os sinais dos sintomas, pois esses pacientes, antes, viajaram para lugares onde havia variantes. Então os critérios são: unidades de sentinela, pacientes que vieram transferidos de lugares onde têm variantes e profissionais de saúde que tiveram contato com essas pessoas, além de uma amostra no Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, que é a unidade de saúde de referência no município da Cidade do Rio de Janeiro. Nesse cenário atual conseguem captar todas as áreas do município da Cidade do Rio de Janeiro, mas têm os critérios que não dependem deles. Repetindo disse que manda essa amostra para o LACEN e depois para a Fiocruz e algumas dessas vão dar positivo ou negativo para P1; com isso se responde a pergunta do convidado do CDs da AP. 2.1 Henrique Oliveira de Brito, que perguntou o porquê dos Bairros de Méier e Ramos terem a maior ocorrência de casos das variantes. Mas a estatística mostra que não podem afirmar que são esses bairros que estão tendo mais casos de variantes. E o motivo é que têm poucos casos, poucas amostras. Ressaltou que estão tendo várias conversas semanais com a Fiocruz, com a UFRJ para tentar ampliar a capacidade de testagem genômica para avisar, estatisticamente falando, que aquele bairro têm mais variantes, mas isso envolve recursos financeiros, Ministério da Saúde, pois não é uma amostra fácil de sequenciar. Então precisam de algo mais complexo para poder ampliar. Também não podem dizer que têm subnotificação, porque a vigilância genômica não tem o objetivo de fazer diagnóstico, pois quem faz diagnóstico é o PCR, que está disponível para todos em qualquer unidade de saúde que o paciente chegue, seja UPA ou Hospital será coletado o PCR. Então podem dizer que a avaliação desses pacientes é universal. Agora o sequenciamento genômico não é diagnóstico, mas sim uma forma de avaliar como está o vírus na Cidade do município do Rio de Janeiro, mas normalmente são poucos casos a nível mundial. Em relação ao que a convidada da AP. 2.1 Arlete Ludovice falou, inclusive a SUBPAV pode complementar, porém sugere comunicar a ouvidoria da própria unidade de saúde, pois essa ouvidoria é encaminhada, também, para o Nível Central para que os técnicos avaliem essas coisas, além disso podem ligar para 1746 e falar o que aconteceu. Então essa ouvidoria vai ser enviada para a área correspondente, e eles vão responder. E podem ter certeza que respondem mesmo, inclusive muitas coisas vão para sua coordenação, por exemplo, teve que responder procurar saber o que aconteceu. Então é possível avaliar isso dentro do seu bairro conversando com integrantes da unidade de saúde, ou diretamente com o diretor dessa unidade de saúde, além de fazer ouvidoria e ligar para 1746 para poderem entender o

problema que aconteceu, e tentar intervir de certa forma. Ressaltou que são essas as comunicações que estão fazendo, inclusive toda sexta-feira o prefeito se reúne com o secretário de saúde para fazer divulgações nas mídias sociais ao vivo, mas também a SMS têm suas redes sociais, como o site coronavirus.rio e o Painel Rio Covid-19. Então têm vários lugares onde divulgam dados e orientações para que a comunicação chegue a toda a população, para ter ciência do que a prefeitura do município da Cidade do Rio de Janeiro pretende fazer em relação a pandemia. Ao final das respostas a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou a palavra à **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** que agradeceu aos profissionais que fizeram as apresentações naquele momento, e com isso espera contribuir tirando alguma dúvida, e também incitar maiores discussões. Ressaltou que foi muito pertinente o que foi colocado a respeito dos Conselhos Distritais de Saúde, e que foi colocado nesse ponto fixo, o que é muito importante, até sob o ponto de vista da promoção de saúde. Informou que vai encaminhar para o link do Conselho Municipal de Saúde o link da autonotificação. E isso é muito importante. Trata-se de um aplicativo que pode ser baixado pelo seu celular, o que não impede que a pessoa se dirija a sua unidade de saúde, porém com esse dispositivo de um aplicativo a pessoa pode fazer sua autonotificação. E depois de avaliada será convocada para realizar o exame, se necessário. Ressaltou que esse aplicativo será enviado para o WhatsApp do CMS. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** disse que vão repassar esse aplicativo para os conselheiros/as, e quem quiser pode solicitar para os integrantes da Secretaria Executiva. Finalizando, agradeceu as informações dadas e também pelo aplicativo. Com a palavra a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu aos Sr. Caio Ribeiro e Dra. Valéria Saraceni, e também a todos os técnicos que vieram dar sua contribuição. Prosseguindo, agradeceu a todos, em particular a conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal por passar essas informações aos Conselhos Distritais de Saúde, através da CAP, inclusive da própria Secretaria Municipal de Saúde. Prosseguindo a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** também agradece e anuncia o ponto da apresentação dos trabalhos de cada comissão temática: nesse momento foi lembrada pela **Conselheira Raquel de Moraes Barbosa Caprio** que faltou o ponto do Panorama Assistencial que está inserido dentro do ponto fixo do Covid, chamou para apresentar o **Sr. Paulo Leonardo do Complexo Regulador – Setor de Núcleo de Informação**, acompanhado do médico **Dr. Vinícius Fonseca** da Coordenação Médica de internação que iniciaram a apresentação do Boletim Diário que realiza tanto no nível de informação quanto no setor de internação em conjunto com a Coordenação do Complexo Regulador para informar o Panorama Assistencial de Leitos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Foi aberto o último ciclo de perguntas. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que fará duas perguntas por causa do pouco tempo. Na primeira, perguntou se esses índices que estão colocando de taxa de ocupação tem em vista aquilo que vocês têm chamado em vários boletins de taxa de ocupação operacional, ou seja, se no denominador vocês estão contando também leitos impedidos ou não. Porque em geral tem uma diferença estatística, enfim, objetiva. Na verdade é bem significativa. Na segunda, disse que tinha falado, antes, acha, depois da fala do Coordenador do CIEVS RIO, Caio Ribeiro e da fala da Servidora da COE COVID-19 Rio, Dra. Valéria Saraceni, mas que assustou, porque nessa última semana houve um número relativamente pequeno de aumento de casos na Cidade do município do Rio de Janeiro, e com isso a nossa capacidade de Rede Assistencial se viu curta. Então perguntou quais seriam as possibilidades de expansão caso vivenciem um aumento expressivo de número de casos graves com a entrada principalmente da circulação da P1, mas também de outras variantes na Cidade do município do Rio de Janeiro. Foi aberto o último ciclo de respostas. O **Servidor Paulo Leonardo**, respondeu que a taxa que foi apresentada foi realmente a taxa total, ela inclui todos os leitos, incluindo os leitos impedidos, que são impedidos em um momento, mas depois podem ser desimpedidos, e isso varia por diversos fatores. Explicou que nessa apresentação não

o foi colocado porque “pegaram” o geral. Então esses leitos impedidos foram considerados nesse total, por isso que deu um percentual diferente. O **Dr. Vinícius Fonseca** explicou que isso, óbvio, foi feito para manter uma coerência também, pois desde o início, desde antes da eleição anterior, vinha sendo computado sempre baseado no total, ou seja, passa a mostrar o total. Mas se mudassem a maneira de analisar de uma hora para outra geraria um viés, um fator de confundimento estatístico. Então foram obrigados a manter esses leitos e calcular,

sem falar que sem isso nada aconteceriam com esses leitos, só conseguiriam em caso de obras, reparar ou devolver com praticidade assegurando que tem uma “gordura” a queimar sempre disponível. O próximo inscrito o **conselheiro Abílio Valério Tozini** disse que pelo que entendeu das notícias dadas, só terá vacinas até quarta-feira. E perguntou se teria previsão de chegada de mais vacinas. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que isso não era com eles. A **conselheira Raquel de Moraes Barbosa Caprio** disse que poderia responder. E explicou que têm uma perspectiva de receber as vacinas durante essa semana, porém ainda não há data definida pelo Estado do Rio de Janeiro. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** disse, pelo que acabou de ouvir, que a partir de quinta-feira a vacinação será suspensa. A **conselheira Raquel de Moraes Barbosa Caprio** disse que essa informação não foi confirmada. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** explicou que é presidente de associação de moradores e tem um grupo grande de WhatsApp, os moradores sabem que ele é conselheiro distrital de saúde e ficam perguntando. Então seria importante dar a resposta para que as pessoas não fiquem na expectativa, por exemplo, “suspendeu tal dia, quando receber avisarão de novo”, como o prefeito fez da outra vez. Então consulte o pessoal da SMS, pois assim fica mais claro dizer “olha estamos suspendendo, mas tem expectativa de chegar vacinas, e assim que chegar divulgará um novo calendário”. Melhor do que o calendário antigo ficar circulando sem validade. A **conselheira Raquel de Moraes Barbosa Caprio** respondeu que a vacinação não está suspensa, inclusive o calendário antigo não foi suspenso, mas está vigente. Que o mesmo perguntou sobre o recebimento de uma nova remessa, remessa essa que foi programada para ser recebida até o fim da semana. Então estão aguardando o recebimento de novo aporte de vacinas. Ressaltou que quando recebem uma confirmação oficial será imediatamente colocada na mídia e informada para os CDs. Então hoje o calendário está mantido, mas em relação ao recebimento das novas doses não tem uma informação oficial para disponibilizar. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse para o conselheiro Abílio Valério Tozini que logo que a SMS tenha essa informação a **conselheira Raquel de Moraes Barbosa Caprio** vai colocar no grupo, e com isso poderá informar aos moradores. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** agradece e passa ao **ponto quatro** apresentação dos trabalhos individual de cada comissão temática quando o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** pede a Secretária a gentileza de fazer uma pergunta rápida ao apresentador sobre o que são leitos impedidos. O **Sr. Paulo Leonardo** respondeu que o motivo de impedimentos de leitos pode ser variável. E isso pode ser por questões de insumos, de infraestrutura da unidade de saúde ou de Rh, até mesmo devido a pandemia têm muito afastamento por causa de profissionais de saúde que se contaminam, e também a parte de isolamento, às vezes. Complementando a resposta o **Dr. Vinícius Fonseca** disse que um exemplo clássico é do Hospital Federal de Bonsucesso que teve um incêndio e ficou com quase totalidade dos leitos impedidos por falta de teste estrutural. Então sempre que tem impedimento e é óbvio, que impeça esse leito de ser utilizado, de ser ativado. E se efetivamente for ocupado receberá uma classificação que, óbvio, será transitória. E como foi falado, se for pelo afastamento do profissional de saúde, ele ficará em período de afastamento. Se for uma obra terá que esperar o fim da adequação estrutural. Se for caso do incêndio vai ser pouco mais duradouro, porém sempre ficam em contato seja com os municipais próprios, seja com os estaduais e com os federais. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** e a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceram ao Paulo Leonardo da Central de Regulação, ao Dr. Vinícius Fonseca e a conselheira Raquel de Moraes Barbosa Caprio, Retomando ao **Ponto quatro**: Apresentação do trabalho individual de cada Comissão Temática. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** citou comissão por comissão. Em relação à Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que encaminhou dois ofícios para a **conselheira e presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes**, para a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** e ao **Secretário de Saúde, Dr. Daniel Soranz** pedindo que pautasse na Reunião Ordinária do CMS/RJ a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST e a Comissão de Saúde Mental. Finalizando, disse que está aguardando. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que esses assuntos serão encaminhados para a Executiva do CMS/RJ. Em relação a Comissão de Gêneros, Raças e Etnias, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou que não teve reunião do comitê desse mês, porém a reunião vai acontecer no Comitê de Saúde da População Negra no dia 24 de março. Ressaltou que apenas ela e o

conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes estão acompanhando esse comitê. Em relação a Comissão de Fiscalização da Atenção Primária de Saúde – APS, o **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes** informou que os integrantes dessa comissão decidiram fazer um encontro virtual, inclusive para fazer uma avaliação, uma análise dos relatórios que receberam. Explicou que os relatórios chegaram, mas até agora não conseguiram fazer um encontro. Também informou que os restantes das unidades de saúde ou das coordenações, ou dos CDs ainda não mandaram os relatórios. Então é importante que os Conselhos Distritais de Saúde entreguem, cada um, seus relatórios dos seus Territórios. Por causa da mudança de Gestão não sabem como avaliarão esses relatórios, pois acha que, hoje, a nova Gestão mudou alguma coisa na Atenção Primária de Saúde. Mas acha muito importante a questão do relatório para saber como está cada unidade da saúde Básica. Então apelou aos conselheiros distritais de saúde, que ainda não fizeram o trabalho de casa, apesar de saber que o conselheiro distrital não pode entrar e sair de unidade de saúde de qualquer maneira, devido essa pandemia. Prosseguindo, disse que existe uma questão muito relevante também da estrutura do conselheiro, como alimentação e outros assuntos para o conselheiro atuar, por isso, vão ter que conversar um pouco sobre isso também. Finalizando disse que a comissão fiscalizadora está se preparando para apresentar relatórios do que foi recebido até agora. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** agradeceu e disse que reforçarão isso para os presidentes distritais. Em relação a Comissão de Saúde e Justiça Reprodutiva, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que o informe já foi dado, de certa forma, no ponto de pauta de saúde da mulher. Fechando os informes das comissões e passando ao **ponto cinco** – Informes da Secretaria Executiva do Conselho Municipal, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informa não ter nenhum informe e nenhum documento recebido e passando a palavra a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** complementou informando que em conjunto com a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** estão trabalhando para a realização das eleições e assim reconstituírem o CDS da AP. 5.3, e CDS da AP. 4.0 inclusive solicitando documentos a este por conta de não ter presidente e não estar constituído, porém o CDs da AP. 5.3 já tem um Colegiado e falta alguns ajustes para marcarem uma reunião e fazer as eleições. Passando ao **ponto seis**. Informes da Gestão da SMS. Com a palavra a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que todas às áreas técnicas têm, hoje, bastante conhecimento e talvez material para que possam discutir cada vez mais, e também esclarecer ao colegiado e a população, cada vez mais, sobre diversos temas. É importante dizer que, hoje, têm instituído nove Conselhos Distritais de Saúde e um Conselho Municipal de Saúde. A título de ratificação, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que têm oito Conselhos Distritais de Saúde e o Conselho Municipal totalizando nove, enquanto dois estão destituídos. A **conselheira Liliane** confirmou, então, que são oito Conselhos Distritais de Saúde; excluindo o Cds da AP. 5.3 e o Cds da AP. 4.0; e mais um Conselho Municipal de Saúde. Prosseguindo, agradeceu pela informação e também a todos porque a reunião foi muito boa e espera poder contribuir, também discutindo e ouvindo a todos para que juntos possam construir um SUS realmente melhor e mais efetivo. Informou que anotou, e gostaria depois que o Conselho Municipal de Saúde repassasse um telefone de contato da **convidada da AP. 2.1 Arlete Ludovice**, que falou da utilização da Clínica da Família Chapéu Mangueira Babilônia, para que possam verificar o ocorrido. Ressaltou que é muito bom quando trazem uma crítica, que na verdade é construtiva para que possam averiguar e melhorar a prestação de serviços. Finalizando, agradeceu. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que vai solicitar ao **conselheiro Abílio Valério Tozini** coloque isso no privado, que está no grupo do conselho, visto a convidada não pertencer ao colegiado da Secretaria Municipal de Saúde. Com a palavra a **conselheira Raquel de Moraes Barbosa Caprio** disse para a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** que gostaria de compartilhar uma solicitação ao **conselheiro Abílio Valério Tozini**, que o Estado do Rio de Janeiro já deu publicidade ao Calendário da nova distribuição e que virão cinquenta e seis mil doses, que serão entregues no dia 10 de março no período da tarde, e a partir daí começa a distribuição para as dez Áreas de Planejamento do município da Cidade do Rio de Janeiro. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu para a **conselheira Raquel de Moraes Barbosa Caprio** que repetisse essa informação para o conselheiro que não estava atento. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** agradeceu pela boa notícia. Dando prosseguimento, a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde Carmem Teresinha Gomes Sasaki**

passou para o **ponto sete** - informes do colegiado com inscrições pelo chat. O primeiro inscrito foi **conselheiro Abílio Valério Tozini**, que, com a palavra, disse que ficou muito feliz de saber que a Secretaria Municipal de Saúde quer saber das Unidades que têm problemas e informou que o Conselho Distrital da AP 2.1 teve uma Reunião Extraordinária que foi invadida pelos hackers na segunda feira e que vão repeti-la na quinta feira, às quinze horas, exatamente para tirarem documentos sobre três Unidades de Saúde que estão com problemas. Citou a da Rocinha, a Clínica da Família Rinaldo De Lamare que atende a uma comunidade muito grande e fica em um prédio de dezoito andares, cujos elevadores não funcionam. Acrescentou que as Unidades de Saúde estão em situação muito crítica dada a precariedade que se encontram e não sabem como é que as pessoas vão continuar sendo atendidas. Citou a do Chapéu Mangueira, cujos problemas nela existentes como as condições precárias que se encontra, com mofo nas paredes e já foram expostos em reunião acontecida no Conselho Municipal de Saúde pela Sra. Arlete Ludovice. Somou que trata-se de Unidade cedida precariamente e que não sabem por quanto tempo vai poder ser usada. Por último, citou a do Rocha Maia. Disse que a sede do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 é no Rocha Maia; que já tinham recebido algumas reclamações, mas que, por conta da pandemia, não faziam visitas dentro da Unidade. Contou que recebeu fotos tiradas de dentro da Unidade que mostram muitos leitos estragados, amontoados, ar condicionado que não funciona, instalação elétrica precária que pode levar a incêndios, uma Unidade sendo desmobilizada, Pediatria sem equipe, Emergência sem equipe e o que é mais triste: a diretora, internamente, orientando seus funcionas pessoas a falarem para procurarem outro lugar que lá não dá para ter Emergência, Disse que todos esses problemas deveriam ter sido levados para o Conselho Distrital; que é muito ruim ficarem sabendo que uma Unidade da área em que atuam e onde está situada a sede física do Conselho Distrital da AP 2.1 está com tantos problemas que só vêm se acumulando; que somente agora os servidores daquela Unidade detonaram para o Conselho essa situação, embora o Conselho por conta da pandemia, só voltou a funcionar, praticamente, em outubro e essa comunicação on-line ainda é muito precária. Reiterou que voltarão a discutir a situação crítica dessas três Unidades de Saúde na reunião que farão na quinta feira e informou que a Associação de Moradores da Rocinha já formulou um documento, a ALMA que é a Associação mais próxima da AP 2.1 e da qual, por acaso, é presidente, vai formular um documento como Instituição da Sociedade Civil e que não vão ficar calados diante da destruição e da desmobilização dessa Unidade. Acrescentou, ainda, que não culpa a nova diretora do Hospital Municipal Rocha Maia pela situação que vive a Unidade, porque sabe que ela a pegou com muitos problemas, mas foi ela (a diretora) quem mandou instruir os funcionários da recepção a dizerem que naquela Unidade não tem serviço de Emergência e que os pacientes devem procurar outro lugar para serem atendidos. Contou que um funcionário de lá chegou a perguntar para essa diretora por que não colocava uma faixa do lado de fora do Hospital com essa informação e se eram eles (os funcionários) que teriam que dar essa informação aos pacientes que lá chegavam. Acrescentou que essa nova diretora disse, também, que na gestão dela não terá maqueiros na Unidade, que os enfermeiros que carreguem os pacientes. Falou que expunha isso para que todos tivessem um entendimento de como está a situação nessa Unidade e que, se essas coisas acontecem na Zona Sul da cidade, ele (o conselheiro Abílio) fica pensando como está a situação nos outros bairros. Concluiu dizendo que se a diretora do Hospital recebeu a Unidade com tantos problemas, o certo era ter chamado o Conselho Distrital para apresentá-los, mas não foi isso que aconteceu; que o Conselho Distrital ficou sabendo de todas essas mazelas por meio de denúncias anônimas e que espera que providências sejam tomadas para que não seja necessário fazer manifestações na porta da Unidade em meio à pandemia. O seguinte a dar informe foi o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** que, com a palavra, disse que tinha recebido, no dia 09, o Manual Básico lançado pelo Conselho Nacional de Saúde para a realização de Conferências de Saúde nos Estados e Municípios. Perguntou, então, se alguém poderia dar mais alguma informação sobre esse assunto, podendo essa informação ser dada posteriormente. Falou, também, de um ofício que recebeu da Promotora Bárbara, dando orientação para todos os Conselhos. Perguntou se todos os Conselhos haviam recebido esse ofício do Ministério Público e disse que gostaria que a Presidente do Conselho Municipal tivesse esse informe para que possam responder como vão acompanhar o Ministério Público nessa supervisão que ela (a Promotora) diz que vai fazer pedindo o auxílio dos Conselhos Distritais. Por último, dirigindo-se a todos os conselheiros, em especial aos que representam o segmento gestor, disse que precisam das respostas aos ofícios que foram encaminhados com assunto referente à estrutura dos Conselhos Distritais e

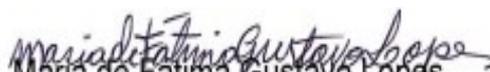
Conselho Municipal. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que, no dia seguinte ao da reunião, haverá uma reunião com o Secretário de Saúde e os Presidentes dos Conselhos e trará uma resposta para o conselheiro Ludugério Antônio da Silva. A seguir, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**, após cumprimentar todos, informou que nessa quinta feira, próxima, passada, dia quatro, portanto, fizeram na Policlínica Rodolfo Rocco a primeira reunião para a reorganização do colegiado gestor dessa Unidade. Disse, ainda, que farão uma próxima reunião no mês que vem para que possam se organizar com o objetivo de fazer com que a Policlínica tenha, de fato, um atendimento digno e respeitoso para com o povo que vai lá buscar o atendimento. Esclareceu que a Policlínica Rodolfo Rocco é o antigo PAM Del Castilho. Prosseguindo nos informes, a **Secretária Executiva Carmem Teresinha Gomes Sasaki**, informou que agora seria a vez da **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento**, que naquele momento não podia falar, mas tinha deixado por escrito seu informe. Então fez a leitura com o seguinte teor: “Temos Unidades, como a Fernando Magalhães, recebendo comida azeda. A Barata Ribeiro continua com a queixa da precariedade na alimentação dos trabalhadores. O trabalhador sofre perdas financeiras, enfrenta um vírus altamente contagioso. Muitos se contaminando. Perdemos vidas, muitos com sequelas. Enfim... ataques do atual governo no pacote fiscal do Município”. A seguinte foi a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** que informou que estava junto com o conselheiro Ludugério Antônio da Silva sobre uma coisa que ele havia falado. Disse, também, que recebeu esses expedientes, inclusive, o expediente que fala sobre conferências; que não entendeu se há alguma coisa extraordinária e pediu para que a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes e todos os dez presidentes e conselheiros entendam sobre esse assunto para ver o que devem fazer a partir desse documento do Conselho Nacional de Saúde; se essa orientação é para já, se é para depois, se tem alguma eventualidade com excepcionalidade. Falou que quer fazer uma denúncia. Que receberam a notícia de que o Secretário de Saúde vai fechar o Instituto de Geriatria e Gerontologia, o Hospital Estadual denominado Eduardo Rabello, na AP 5.2. Falou que fazia a denúncia para pedir a força do Conselho Municipal de Saúde nas ações sobre essa questão e acrescentou que estava virando moda o fechamento de Unidades. Que fecharam a UPA de Manguinhos, que ouviu dizer que vão fechar o Hospital Municipal Rocha Maia e agora o Hospital Estadual Eduardo Rabello. Acrescentou que o Conselho Municipal de Saúde, juntamente com os Conselhos Distritais, precisam ver o que está acontecendo no Rio de Janeiro e, em especial, nos territórios do Município do Rio de Janeiro. Dirigindo-se à Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes, aos demais conselheiros e presidentes dos Conselhos Distritais pediu-lhes orientação dizendo que a luta é a força em defesa do que é nosso; que as Unidades de Saúde são conquistas e que conquistas devem ser aprimoradas e nunca descartadas. Mencionou, também, as questões que envolvem o Hospital Rocha Faria, Unidade Hospitalar que está sob gestão da RioSaúde, como todas as outras Unidades de Saúde da AP 5.2. Contou que estar sob a gestão da RioSaúde foi um anseio e uma reivindicação do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 que o ex Prefeito Crivella atendeu no final do seu mandato; que foi uma pena ter sido somente no final do mandato, porque queriam que fosse antes, pois tinham uma equipe boa na Rio Saúde. Falou que espera que essa equipe tenha reassumido para revigorar essa empresa tão importante. Prosseguindo, pediu aos conselheiros que prestassem atenção no que vai informar agora. Falou que acredita que todos eles já saibam que a COMLURB é uma empresa pública que trata da limpeza urbana e do lixo; que a COMLURB é uma empresa que já foi premiada, uma empresa eficiente; que quem está na COMLURB não quer sair; quem está fora, quer entrar; que eles tratam muito bem da limpeza e a Prefeitura do Rio sempre deu um bom tratamento a essa empresa pública indireta, mas uma empresa pública. Perguntou o porquê de não darem o mesmo tratamento para a Empresa Pública de Saúde, a RioSaúde; o por quê de o prefeito anterior não ter dado essa atenção. Contou que vão pedir ao Prefeito Eduardo Paes que venha dar um tratamento respeitoso e merecido às vidas humanas, porque assim são tratados, também, o lixo urbano e a limpeza urbana. Perguntou se as vidas humanas são menos importantes, ou é porque as vidas se enterram depois que morrem e ninguém fala mais nada, quem chora vai para casa chorar, mas o lixo fede e incomoda o turista, incomoda o gringo, incomoda todos, tem cheiro ruim. Por fim, falou que é preciso, prestarem atenção ao detalhe de dar tratamento digno à Empresa Pública de Saúde, a RioSaúde, uma empresa criada pelo Prefeito Eduardo Paes em 2013, que o Prefeito Crivella não deu o bom tratamento que deveria ter dado e que, agora, espera que seja a coisa pública cuidando da coisa pública, a empresa pública cuidando da

Saúde pública em vez de entregar as Unidades para terceirização às Organizações Sociais. Pediu que os conselheiros refletissem sobre o que expusera para que pudessem continuar a trabalhar em suas representações na defesa da Saúde pública, Saúde pública gratuita, cem por cento estatal, afinal é por isso que estão reunidos e lutando. Lembrou que aguardava a orientação da Presidente sobre as Conferências e sobre a questão da matéria publicada no Diário Oficial sobre as Organizações Sociais, porque como dissera, trouxeram para a 5.2 a Empresa Pública para cuidar da Saúde Pública e, no entanto, vêem publicações sobre contratações de Organizações Sociais, novamente. Afirmou que precisam ver a questão da participação popular; que o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 não foi chamado para discutir a questão do “tira da mão da RioSaúde, põe na mão da Organização Social”; que tiraram a participação do Conselho de Saúde da CTA e a CEA da RioSaúde sem que fosse dada a devida publicidade e transparência. Concluiu recomendando que o Colegiado precisa ter um olhar mais atento e cuidadoso sobre esses detalhes porque, daqui a pouco, terão que aprovar relatórios de gestão e prestação de contas sobre os gastos públicos. Por isso, pede a atenção da Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes, dos presidentes dos Conselhos Distritais e de todos os conselheiros municipais ao que aprovam porque sempre aprovam muito e têm poucos recursos. A seguir, a palavra foi passada à **conselheira Valeska Holst Antunes** que falou que, como citado pela conselheira Neide Maria Neres Tinoco, na 3.1, a UPA Manguinhos permanece fechada e têm ali a situação do subcontrato da 3.1, mas que não é da 3.1 toda, é do TEIAS Manguinhos que fica na 3.1 e compreende duas Unidades de Saúde da Família, o CAPSII MAGAL que permanece sem contrato ou convênio assinado desde novembro. Informou que houve um processo seletivo, mas não houve acordo na proposta apresentada pela FIOTEC às exigências da Prefeitura; que há novo processo com data para o dia 18; que as férias para os trabalhadores, por hora, estão canceladas porque não se sabe se vão entrar ou não em aviso prévio e que essa é a situação de incerteza vivida na área da 3.1. Seguindo, foi dada a palavra ao **Sr. Alexandre Clementino de Oliveira** que sobre a questão do Hospital Municipal Rocha Maia disse que lá faltam o Tomógrafo e a vacina anti rábica, itens que considera prioritários, porque esse hospital é uma Unidade especializada e, também, acontece que, muitas vezes, pessoas são picadas por algum tipo de inseto, rato ou qualquer outro animal e têm que migrar para outros hospitais para tomar essa vacina. Falou, também, que, graças a Deus, hoje, têm a UPA de Botafogo e a UPA de Copacabana, onde os moradores da Urca podem ir, caso seja necessário. O último a dar informe foi o **Sr. Henrique Oliveira de Brito** que disse que seu informe é praticamente uma denúncia, a exemplo da conselheira Neide Maria Neres Tinoco. Disse que trata-se da questão relacionada a esses ataques sistemáticos que têm ocorrido nos Conselhos Distritais de Saúde por parte de hackers. Falou que faz menção à conselheira Neide Maria Neres Tinoco porque já houve esse incidente na AP 5.2 e, agora, infelizmente, dia oito de março, ocorreu na 2.1, onde foi ofendido, inclusive, no seu direito de expressão. Contou que estava discursando no momento em que esses indivíduos cometeram o ato reprovável de exporem imagens de mulheres, o que fez com que as pessoas presentes se sentissem ofendidas no dia em que se comemorava o Dia da Mulher. Acrescentou que, a exemplo da conselheira Neide Maria Neres Tinoco que se colocou muito bem, gostaria que, com esse informe denúncia, o Conselho Municipal de Saúde atentasse para esses fatos ocorridos, que têm sido reincidentes em relação aos Conselhos Distritais que sofrem com o problema de infra-estrutura, como foi bem mencionado por outros conselheiros como o conselheiro Ludugério Antônio da Silva. Ainda, que tome partido e posição para resolver esse tipo de problema, porque essas pessoas estão sendo inconvenientes e estão desacatando um Órgão Público, inclusive, nessa reunião da AP 2.2 do dia 8 de março, fizeram colocações político partidárias. Por fim, disse que ações têm que ser tomadas; e aguarda que o Conselho Municipal de Saúde se posicione em relação ao caso; que gostaria que fosse consignado em ata o que expusera, assim como todas as questões dos Conselhos Distritais colocadas ali e que se o Conselho Municipal sofre com certa deficiência de infra-estrutura, os Conselhos Distritais sofrem muito mais. Em seguida, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que tinha aprendido com um amigo, Dr. David Salvador de Lima Filho, que no informe não há discussão e nem resposta, mas que a conselheira Neide Maria Neres Tinoco, conselheira municipal e presidente de um Conselho Distrital de Saúde ficava incitando-a. Falou que esse assunto tem que ser levado para a Comissão Executiva para ser decidido lá; que é preciso consultar um advogado para saber a quem cabe a resolução da questão, uma vez que existe a Delegacia de Repressão aos **Crimes** de Informática (DRCI), o Ministério Público e, que, cada

um que for vítima desse crime pode fazer isso. Ainda, que, certamente, é preciso comunicar o Conselho Municipal para que tenham respaldo, mediante a gravação do fato, portanto trata-se de uma questão judicial e não acredita que o Conselho tenha poder para isso, por isso não adianta cobrar da presidente do Conselho ou do Colegiado essas deliberações. Sobre a Conferência, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que naquele dia (o da reunião), tinha estado em outra reunião no Conselho Estadual e soube que o Conselho Nacional não tinha deliberado nada com relação a critérios de organização. Mediante esse fato, não podiam tomar qualquer atitude ou deliberar algo relativo à organização de eventos, enquanto o Conselho Estadual não enviasse instruções para os 92 Conselhos municipais. Que o que está na mídia está na mídia, mas não há um critério de organização. Finalizando os informes a **conselheira Valeska Holst Antunes** lembrou que o informe do colegiado da reunião extraordinária que acontecerá no dia vinte e três de março, às quatorze horas cuja pauta única será sobre o planejamento para a atenção primária da gestão e que todos estejam cientes para reservar na agenda. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que a Secretária Executiva vai mandar o comunicado e o link. Ainda antes de encerrar a reunião a **Conselheira Raquel Caprio** justificou que para ficar claro que não foi um planejamento, foi o panorama e que são coisas diferentes, e indaga se será o planejamento ou o panorama para mostrar o retrato atual e foi isso que ela entendeu na Comissão Executiva ou é para apresentar o que cada área está vivendo de modificação e também por que o tempo de 60 minutos ser curto, que se dividisse por área seria 6 minutos para cada um. Com a palavra a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que será uma reunião específica de três horas sobre só esse assunto e que ela defina a fala e a apresentação e que procurasse saber com a **Secretaria Executiva Carmen Terezinha Gomes Sasaki** sobre os pontos dessa apresentação. Esclarecida a dúvida e por fim, a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu a participação de todos na reunião, à Comissão Executiva, ao corpo técnico que colabora com a Secretária Executiva, à substituta dela a conselheira Júlia Daniela e aos convidados que prestigiaram os conselheiros. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezoito horas e nós, **Marcelo Dionízio Gomes e Maria da Conceição Ramos de Carvalho** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.


Marcelo Dionízio Gomes


Maria da Conceição Ramos de Carvalho


Maria de Fátima Gustavo Lopes